

“Urge uma reação contra a esquerda”: a intervenção da imprensa na reorganização do movimento sindical no Rio de Janeiro (1950-1954)

“A reaction urges against the left”: the press’ intervention on the trade unionism reorganization in Rio de Janeiro (1950-1954)

Artur Silva Lins,¹ UFF

Resumo

Neste artigo busco destacar e avaliar o grau de poder da influência da imprensa empresarial sobre a reorganização do movimento sindical na cidade do Rio de Janeiro entre 1950 e 1954. Tal intervenção na realidade dos sindicatos parte da historicidade de uma conjuntura em que a retomada da mobilização sindical ocorreu num momento em que a imprensa empresarial carioca, através da modernização de sua atividade, potencializa sua autorrepresentação enquanto uma força social mediadora, privilegiada e eticamente comprometida com os interesses dos próprios trabalhadores e de seu movimento organizado, já que se ampliava nessa relação a politização ativa e a visibilidade pública dessas camadas sociais, sobretudo a inserção das esquerdas trabalhista e comunista nesses espaços.

Palavras-chave: imprensa; movimento sindical; trabalhismo; comunismo.

Abstract

In this article I seek to highlight and assess the degree of power of the influence of the business press on the reorganization of the union movement in the city of Rio de Janeiro between 1950 and 1954. This example of press intervention is part of the historicity of a situation in which the resumption of union mobilization occurred at a time when the Rio’s business press, through the modernization of its activity, enhances its self-representation as a mediating, privileged and ethically committed social force to the interests of the workers themselves and their organized movement, as it expanded in this relation the active politicization and public visibility of these social layers, especially the insertion of the Labor and communist left in these union spaces.

Keywords: press’s history; union movement; Brazilian Labor’s Party; communism.

Introdução

Diversas pesquisas e trabalhos referentes à História Social do Trabalho utilizam os jornais como fontes primárias, no entanto, poucos são os trabalhos que destacam e problematizam o papel ativo e os efeitos da intervenção da imprensa na sociedade, sobretudo na história do movimento sindical e de trabalhadores. Apesar do consenso estabelecido na literatura especializada deste último campo temático – sobre a parcialidade da maioria dos periódicos empresariais e seu alinhamento com os grandes grupos patronais e econômicos – não existem muitos estudos históricos que problematizem o papel desempenhado pela imprensa empresarial na conformação dos movimentos e lutas da classe trabalhadora e sobre a gestão de suas organizações políticas e sindicais. Portanto, ao meu ver, ainda se torna necessário analisar

¹ Pós-graduando no mestrado em História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ. E-mail: arturslins@gmail.com.

e demonstrar a inserção histórica das posições e argumentações da imprensa empresarial frente aos movimentos sociais, o que em termos práticos significa avaliar o grau de poder de sua influência nos rumos dessas próprias lutas, que no caso específico desse artigo – e a partir dos resultados obtidos em minha pesquisa de dissertação de mestrado – se referem à retomada da mobilização sindical na primeira metade da década de 1950, processo caracterizado pela inserção político-partidária hegemônica das esquerdas trabalhista e comunista.

Avaliar e problematizar o grau de poder da imprensa em sua relação histórica com o movimento organizado de trabalhadores implica, em primeiro lugar, pensar conceitualmente na imprensa enquanto uma força social ativa em sua inserção histórica, a exemplo do que Robert Darnton aponta ao demonstrar como a palavra impressa atua como um “ingrediente do processo”, que dá forma aos eventos que registra e que longe está de se constituir como um agente passivo e restrito a noticiar os fatos e os fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos (DARNTON, 1996, p. 15-16). Em segundo lugar, avaliar o grau de poder da imprensa é também avaliar em qual medida essa força social teve peso nos comportamentos dos próprios trabalhadores. Como ressaltam Heloísa de Faria Cruz e Maria Rosário da Cunha Peixoto, a palavra impressa é uma linguagem constitutiva da realidade social o que, em termos teóricos, também implica pensar na prática jornalística como uma forma de intervenção sobre a realidade social, na medida em que as posições, os valores, os diagnósticos, as perspectivas e os projetos político-editoriais da própria imprensa, elaborados e expressos em reportagens, notas e editoriais, atuam para modelar a opinião pública no sentido de construir consensos e mobilizar formas de pensar e agir nas mais diferentes esferas da vida social, política e cultural:

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

Portanto, a intenção do presente artigo é estimular no debate historiográfico a integração da imprensa ao campo da história social, especificamente na sua relação com o mundo do trabalho, em geral, e com as experiências da classe trabalhadora carioca, em particular, questionando, a partir da concepção teórica da imprensa como uma força social ativa, qual teria

sido a amplitude e a efetividade de sua intervenção jornalística e editorial produzida sobre os sujeitos envolvidos na reorganização do movimento sindical na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade da década de 1950, processo em que importantes partidos avançavam no interior dos sindicatos, em especial os localizados à esquerda do espectro político, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Imprensa, trabalhadores e sindicatos na cidade: mobilização sindical e lutas sociais (1950-1954)

Na década de 1950, o Rio de Janeiro, ainda a capital federal e cidade mais populosa do país, se urbanizou em ritmo acelerado e conservou altos níveis de crescimento econômico e demográfico. Como parte desse processo, a população também aumentou exponencialmente, fenômeno incrementado pelo intenso êxodo rural de trabalhadores e famílias de outras regiões do país, especialmente do Nordeste, que vinham para a capital federal à busca de trabalho e melhores condições de vida.² No entanto, de todas essas transformações, a que mais impactou a economia, a vida social e a política da cidade foi o crescimento acelerado da indústria. A partir da irrupção da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), novas e velhas indústrias se deslocavam para os subúrbios do Rio de Janeiro, sobretudo aos bairros localizados próximos à linha ferroviária e à orla oceânica da Baía de Guanabara, região que o Estado planejou para consolidar uma nova zona industrial na capital em função da existência de uma força de trabalho residente expressiva e amplas terras desocupadas que satisfaziam as necessidades produtivas e comerciais.³ Num panorama mais geral, o parque industrial brasileiro estava concentrado na região sudeste, porém, a capital federal se constituía como a segunda região do país a possuir o maior contingente de operários e fábricas no Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo.⁴ Portanto, expandia-se no Rio de Janeiro o seu perfil fabril e urbano, o que, por sua vez, também

² No ano de 1950, estima-se que 2.377.451 pessoas viviam na cidade, um crescimento de 34% em comparação com a população residente na década anterior, em que o total estimado da população na cidade do Rio de Janeiro era de 1.764.141 residentes (IBGE, 1953, p. 32). Sobre a população economicamente ativa da cidade, apenas 2,14% trabalhavam em ocupações eminentemente rurais, como as relacionadas à agropecuária ou às atividades extrativistas, enquanto em todo o país esse era o tipo de ocupação de 59,90% dos trabalhadores registrados, o que evidencia o forte contraste entre um Rio de Janeiro crescentemente urbano e uma predominante realidade rural na maioria das regiões do Brasil (MATTOS, 1998, p. 90).

³ Até 1930, a maioria das indústrias da cidade se localizava nas imediações do centro, onde encontravam a facilidade de transporte e de comercialização de seus produtos, e principalmente, da disponibilidade de força de trabalho numerosa que residia na região. No entanto, com a promulgação do decreto-lei 6.000/37, a ditadura do Estado Novo previu a criação de uma nova zona industrial em parte dos subúrbios da capital, ao mesmo tempo em que retirava as indústrias dos bairros da zona sul e do centro, mudando profundamente o seu perfil econômico e social (ABREU, 2006, p. 96-103).

⁴ Entre 1940 e 1950, segundo dados estimados pelo Censo Industrial do IBGE, o número de estabelecimentos industriais na cidade cresceu 36% e os operários ocupados 34%, enquanto a receita gerada pela produção industrial cresceu 426% (IBGE, 1953, p. 124).

proporcionou um crescimento vertiginoso da economia de toda a cidade, sobretudo o estímulo ao comércio e aos mais variados setores de serviços, especialmente os setores de transporte coletivo e de mercadorias.

Entretanto, no início da década de 1950, não era apenas a economia, o espaço urbano e a demografia da capital federal que passavam por profundas mudanças. No pós-guerra, a imprensa empresarial, a nível nacional, consolidou suas estruturas industrial e comercial, ampliou o seu poder de difusão nos mais variados grupos sociais e aumentou exponencialmente seus lucros com os investimentos do mercado publicitário nas páginas dos jornais e revistas.⁵ Werneck Sodré, por outro lado, destacou condições fundamentais para a transformação da imprensa brasileira no período, como a concentração da propriedade e os grandes capitais necessários para criação e manutenção de jornais e revistas.⁶ Ao mesmo tempo também se estabelecia como consenso entre a maioria dos proprietários, repórteres e jornalistas que se fazia necessário modernizar tanto a estrutura interna das empresas quanto a linguagem do jornalismo para esvaziar o que entendiam como o arcaísmo vigente na imprensa brasileira, que se constituía na ausência de rigor técnico e ético que valorizasse a profissão e instituisse no país um jornalismo de massas, profissional, objetivo e eticamente comprometido com o interesse público (JÁCOME, 2020, p. 161-168).

No entanto, o crescimento urbano-industrial do Rio de Janeiro ao longo da década de 1950 não se traduziu num padrão de vida e de trabalho melhores para a maioria da população e dos trabalhadores, em particular. Nas relações de trabalho, sobretudo na indústria em expansão, os salários pagos eram baixos, os direitos garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) eram em larga medida desrespeitados pelas empresas e as condições de trabalho, por efeito da negligência patronal, eram em geral bastante precárias. A dinâmica de valorização do salário no mercado de trabalho foi marcada pela insuficiência do seu poder de compra. Tomando o valor do salário mínimo como exemplo, apenas em 1952 houve um aumento real que suplantasse os níveis salariais do ano de 1940, isto é, durante 12 anos manteve-se o arrocho salarial iniciado pela ditadura do Estado Novo como uma das formas de manter e incrementar

⁵ Danton Jobim, editor-chefe do *Diário Carioca* nas décadas de 1940 e 1950, pontua que uma das transformações mais impactantes na imprensa brasileira nessa conjuntura foi o aperfeiçoamento da produtividade das máquinas impressoras, que proporcionaram às empresas jornalísticas veicular rapidamente os fatos mais atuais e em escalas aumentadas de exemplares e páginas impressas para um público urbano crescente que passava a demandar rapidez no consumo de notícias (JOBIM, 1992, p. 71-73).

⁶ Segundo Werneck Sodré, a “tendência às grandes corporações de que os *Diários Associados* constituem o primeiro exemplo”, que já se verificava nas décadas anteriores, consolidou-se nos anos 1950 “com a constituição de corporações complexas, reunindo jornais e revistas, emissoras de rádio e de televisão” sob uma mesma propriedade (SODRÉ, 1999, p. 388-389).

o crescimento econômico vislumbrado durante a Segunda Guerra Mundial e experimentado no início dos anos 1950.⁷ Para agravar as penosas condições de trabalho, as condições de vida do trabalhador carioca também se agravavam de forma dramática no início dos anos 1950 com o aumento inflacionário, o que prejudicava o consumo mais elementar dos trabalhadores e de suas famílias, como a alimentação.⁸

Entretanto, os trabalhadores se fizeram presentes na cidade não apenas pelo seu aumento demográfico proporcional, mas também de uma forma política, sobretudo pela visibilidade pública de suas lutas contra o aumento do custo de vida e o profundo arrocho salarial imposto pelo governo Dutra para beneficiar o empresariado. Conforme vasta historiografia constatou, assim como também se pôde constatar nos resultados da pesquisa, em muitas mobilizações sindicais, iniciadas pela base e/ou na deflagração de greves, o que estava em jogo não era somente uma pressão econômica contra os patrões, mas também, em sua dimensão política, uma luta por direitos. Para a maioria dos trabalhadores brasileiros, os dispositivos legais de proteção ao trabalho serviram mais como um motor de mobilização para exigir do empresariado melhores salários e dignidade nas condições de trabalho, ao invés de ter se constituído como um arcabouço de direitos trabalhistas de fácil acesso e imbuído de sua missão original, isto é, evitar os conflitos de classes.⁹ E, se tratando de lutas sociais do período, é inegável que os sindicatos se constituíram como os instrumentos privilegiados de mobilização e os organismos da sociedade civil que mais possuíam a capacidade de projetar na opinião pública e no cenário político as reivindicações e pressões de interesse da classe trabalhadora.

No entanto, a liberdade de autonomia e de ativismo sindicais era restrita e perdurou por décadas no Brasil do século XX. Desde a montagem do sistema corporativista na década de 1930, os sindicatos de trabalhadores e de empresas faziam parte da estrutura do Estado, atuando na prática como instâncias do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e

⁷ Essas informações foram elaboradas pelo DIEESE com a montagem de um quadro de índices do salário mínimo real entre 1940-1992. No ano de 1940, o índice do valor do salário mínimo foi de 98,02; em 1945 o índice foi de 67,03; em 1950, 39,84 e em 1952 o índice aumenta para 98,88 (MATTOS, 1998, p. 92).

⁸ Esse fenômeno era popularmente conhecido à época como a carestia de vida, problema estrutural bastante comum no processo de expansão das grandes cidades industrializadas do país naquele período. A carestia, basicamente, era o produto resultante de um processo de expansão urbana e demográfica, incrementada pelo êxodo de trabalhadores oriundos das regiões ruralizadas do país, mas, sem ter como contrapartida o incremento agrícola da produção interna (que ainda era privilegiada para o abastecimento do mercado externo), além de tal problema ter sido potencializado pela própria política econômica desenvolvimentista aplicada desde a década de 1930, que implicava em transferência de renda do setor agrícola para o industrial e da renda dos consumidores para os investimentos públicos necessários à expansão da indústria, o que se traduzia, na prática, em aumento de impostos sobre a maioria da população para que o Estado pudesse financiar o ritmo acelerado de crescimento econômico (NETO, 2006, p. 201).

⁹ Sobre o debate específico em relação ao débil acesso integral e material à CLT ler: (NEGRO; SILVA, 2011, p. 88-92); e em (MATTOS, 2004, p. 248-249).

estruturada internamente para facilitar o controle do Estado sobre o associativismo político dos trabalhadores, o que em termos práticos se equivalia a limitar um ativismo sindical mais combativo, orgânico aos interesses dos trabalhadores e crítico à intervenção dos burocratas do ministério.¹⁰ Algumas das graves consequências dessa configuração sindical foram a ampliação da burocratização dos sindicatos, da sua tendência em se atrelar ao governo de turno, da prioridade militante ao assistencialismo e do colaboracionismo de dirigentes carreiristas com as patronais. Na linguagem do meio sindical, esta configuração era chamada pejorativamente de “ministerialista” ou simplesmente de “pelega”.

E, por efeito, no início da década de 1950, essas características da configuração sindical ministerialista agravou o afastamento dos trabalhadores de seus sindicatos, fenômeno primordialmente motivado pelo período em que os sindicatos ficaram submetidos à intervenção do MTIC e de suas juntas governativas depois das medidas repressivas do governo Dutra em 1947, aplicadas para conter o recrudescimento do movimento sindical e do Partido Comunista do Brasil (PCB) durante o processo de redemocratização. Justificando a limpeza sindical em nome do combate ao comunismo, através da promulgação do decreto-lei 23.046, em maio de 1947, o governo fechou intersindicais, impôs juntas governativas no lugar de centenas de diretores sindicais em todo o país e instituiu o atestado de ideologia, documento fornecido pela Polícia Política que garantia a posse de um cidadão em qualquer cargo público – incluso os sindicatos – ao ter “provado” a ausência de vínculos com o Partido Comunista ou de fichas na polícia sendo qualificado como “subversivo” ou simplesmente como comunista (TELLES, 1981, p. 23-24). Porém, mesmo diante desse cerco autoritário e da crise de representatividade agravada por tal ação repressiva do governo, os sindicatos oficiais ainda possuíam legitimidade como um importante instrumento de mobilização da classe trabalhadora, pois os trabalhadores continuaram recorrendo aos seus sindicatos oficiais quando não tinham mais a expectativa de realizar as negociações coletivas diretamente com as empresas. A partir das informações publicadas pela imprensa diária, pude comparar as datas de instauração de dissídios na Justiça do Trabalho e no MTIC e as datas de posses de diretorias sindicais eleitas depois da abertura sindical promovida pelo governo Dutra no fim de seu mandato. Assim, observei que em 11 categorias (entre marceneiros, sapateiros, tecelões, aeronautas, marítimos, rodoviários, ferroviários, hoteleiros e operários das indústrias de açúcar, trigo e de bebidas), evidencia-se

¹⁰ Além do poder de intervenção do MTIC, havia mais três pilares específicos de controle, como a imposição da unicidade sindical (em que apenas um sindicato representava cada categoria profissional em determinada região), do monopólio de representação e o desconto obrigatório a título de imposto sindical dos salários dos trabalhadores para financiar as atividades dos sindicatos oficiais (dinheiro recolhido e distribuído pelo MTIC) (MATTOS, 1998, p. 121).

uma expressiva maioria de dissídios abertos na Justiça e/ou no MTIC pelos seus respectivos sindicatos quando ainda estavam tomados por juntas governativas do governo. Portanto, indicação importante de pressão das bases dos trabalhadores sobre os próprios interventores dos seus sindicatos para iniciar negociações coletivas nas instituições de conciliação do Estado para reivindicar seus direitos e melhores salários contra as empresas. Cabe ressaltar que muitas dessas negociações teve como desfecho a deflagração de greves. Nesse sentido, diversos estudos sobre o movimento sindical apontam como as mobilizações dos trabalhadores organizados, sobretudo a partir da primeira metade da década de 1950, potencializaram uma correlação de forças desfavorável às práticas das correntes sindicais ministerialistas, ao controle do Estado sobre os sindicatos e, sobretudo, à rigidez da estrutura sindical corporativista que, entre diversos problemas, prejudicava a dinâmica de mobilização.¹¹

No interior desse cenário de radicalização e retomada da mobilização sindical, a imprensa, na sua busca pela modernização, pela refundação de sua atividade e pelo seu lugar na sociedade, ao lado da negação da ideologia e da difusão do princípio da objetividade, investiu na diversidade temática do conteúdo para alcançar o maior público possível. O jornalismo da empreitada modernizante, tanto o internacional quanto o brasileiro, propunham que os jornais deveriam se adequar à emergência de um público-leitor “médio” ampliado e diferenciado das elites letradas e pensantes que monopolizavam o consumo de notícias no periodismo tradicional (RIBEIRO, 2003, p. 149-150). Nesse contexto, o *Diário Carioca* anunciava também, em 1950, que seria remodelado, a exemplo “dos grandes jornais do mundo”, para interessar “ao homem de negócios, ao trabalhador, ao intelectual, ao político, à mulher, à criança... a todas as classes”. Ser comprado e lido “por toda a gente” tornava-se o objetivo a ser perseguido e conquistado pelos jornais (*Diário Carioca*, 30/5/1950). Portanto, a imprensa empresarial transformou os trabalhadores, sobretudo o movimento sindical, que na conjuntura da primeira metade dos anos 1950 retomava a sua mobilização contra os patrões depois dos anos de profunda repressão do governo Dutra, em um dos públicos leitores a ser conquistado e mantido. Nesse sentido, é comum encontrar nas edições dos diários um espaço significativo dedicado à divulgação do andamento de dissídios coletivos nos âmbitos do Ministério e/ou da Justiça do Trabalho; às campanhas salariais de diversas categorias profissionais; às entrevistas com dirigentes sindicais ou com fontes anônimas denunciando intervenções, demissões, violências policiais, e etc.; e durante o período da abertura lenta e gradual de eleições sindicais no sentido de se abolir as

¹¹ Sobre esse debate ler: (MOISÉS, 1978, p. 81-94); (NEGRO; SILVA, 2011, p. 63-65); e (NETO, 2006, p. 240-241).

intervenções ministeriais, também se encontra, mas em graus diferenciados entre os jornais, registros sobre os candidatos aos pleitos com os principais pontos dos programas de suas chapas, além da divulgação das datas, horários e locais das eleições.

No entanto, alguns jornais mais ousados criaram seções temáticas e investiram na manutenção de repórteres especiais voltados para o mundo sindical. Exemplos desse movimento foram a “Coluna Operária” do *Correio da Manhã*, criada em 1950; a “Vida Sindical” da *Tribuna da Imprensa*, também de 1950; a “Coluna do Trabalhador” da *Última Hora*, comandada pelo repórter Ariosto Pinto a partir de 1954; a “Vida Sindical” d’*O Jornal*, também criado em 1954, e etc. Nesse cenário, os primeiros textos da coluna sindical do *Correio da Manhã*, a “Coluna Operária” – “uma secção dedicada aos interesses dos trabalhadores” –, são interessantes por sintetizar a preocupação dos jornais da imprensa empresarial em se constituir como um espaço aberto aos trabalhadores e às correntes políticas do movimento sindical para articularem sua mobilização pela solução de seus problemas com os patrões, sobretudo nos impasses em curso nas alçadas das instituições:

A “Coluna Operária” terá espaço aberto a todas as entidades que representam os trabalhadores no país, acompanhará sua vida e abordará seus problemas para que não cessem as instituições de progredir e consigam seus componentes ver suas esperanças e aspirações transformadas em realidade. Damos abaixo publicidade ao ofício que, se não se antecipou aos nossos planos nesse domínio da divulgação, revestiu-se da circunstância para nós desvanecedora de encerrar um aplauso – e um estímulo portanto - à nossa atuação (*Correio da Manhã*, 27/10/1950).

E, em alguma medida, a imprensa empresarial se tornou um espaço para os trabalhadores articularem e tornarem públicas as suas lutas e reivindicações. No entanto, é importante ressaltar que essa dinâmica da imprensa nos anos 1950 em atuar junto ao leitor “médio”, em especial às camadas populares e de trabalhadores, não era uma novidade, pois, desde o século XIX, os jornais empresariais da cidade já buscavam através de inovações editoriais e gráficas conquistar um público mais amplo possível. Desde a emergência da sociedade urbana e industrial em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX, se expandia o interesse da classe trabalhadora pelo periodismo em decorrência do crescimento do letramento da população urbana, da inserção de grupos sociais populares nos “circuitos da cultura letrada” e, sobretudo, devido a visibilidade que os trabalhadores urbanos passaram a ter na vida social e política, quando a própria imprensa se constituía, para os trabalhadores e seus sindicatos, como uma forma de militância e canal de expressão para a ação política na defesa dos seus interesses (MACIEL, 2016, p. 417-421). No mesmo momento histórico, Marialva Barbosa ressalta que

amplos setores do periodismo empresarial brasileiro passaram a se esforçar por se dirigir à um público expandido ampliando temas e renovando sua linguagem de modo a possibilitar novas formas de leitura com a intenção de almejar uma representatividade ampla no imaginário popular e assim potencializar não apenas suas vendas quanto seu próprio poder político e social.¹² Entretanto, o interesse e a necessidade da imprensa empresarial em cobrir o movimento sindical e de trabalhadores na década de 1950 se distinguiu profundamente das décadas anteriores, porque a experiência dos trabalhadores urbanos passava a ser marcada pela consolidação da sua condição de cidadão de direitos devido à promulgação da CLT, do reconhecimento do direito à sindicalização – apesar de limitado pelo sistema corporativista – e do acesso bastante recente de massas de trabalhadores à participação política através do voto, elementos que destacam a crescente importância social e política dos trabalhadores na conjuntura da primeira metade dos anos 1950. Portanto, é inegável que a retomada da mobilização dos trabalhadores, em tal contexto de relativa estabilidade democrática, impactou a prática jornalística da grande imprensa. Como ressalta Fernando Lattman-Weltman, a modernização da imprensa e a sua diversidade temática não somente se constituiu como uma importante inovação editorial voltada para angariar um público ampliado com potencialidades de ser conquistado, quanto também tentou responder a uma necessidade dos jornais em espelhar nas suas páginas uma diversidade de interesses pré-existentes em seu público consumidor regular (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p. 167). Ao se ampliar a mobilização e a politização ativa do público-leitor oriundo do movimento organizado de trabalhadores, a imprensa empresarial passou a se atribuir o papel de mediar, articular e potencializar determinados interesses trabalhistas e sindicais às instâncias da opinião pública e do poder político e institucional. No entanto, tal envolvimento não partiu de um vazio, como se o movimento de trabalhadores visualizasse na imprensa um espaço imparcial e neutro, como ela propagandisticamente insistia. Pelo contrário, ao se inserir na cobertura do movimento sindical, a imprensa corporativa e mantida com a publicidade paga por grandes empresas nacionais e internacionais, algumas delas as principais interessadas nas demandas noticiadas, atuou com interesses políticos e classistas definidos ainda que quase sempre encobertos.

¹² Nas primeiras décadas do século XX, o jornalismo brasileiro recorreu ao noticiário policial (até então relegado a segundo plano na imprensa tradicional), charges diárias, escândalos sensacionais, palpites do jogo do bicho, notícias de cordões e blocos carnavalescos, dentre outros assuntos os mais variados, em que “os periódicos visavam a um público vasto e heterogêneo”, sobretudo às camadas populares, o que segundo Barbosa, proporcionou entre a grande imprensa uma intensa concorrência pela disputa do maior número de leitores possíveis (BARBOSA, 1997, p. 89-90).

A imprensa como porta-voz dos interesses trabalhistas: a disputa conservadora pela hegemonia do movimento sindical e de trabalhadores

Além das pressões das bases sobre os sindicatos e sobre a atuação do Estado na defesa de seus interesses, havia um terceiro elemento que se constituiu também de suma importância para a compreensão das lutas sociais do período: a correlação de forças político-partidárias atuantes no interior dessas lutas e que disputavam a organização sindical e a representação política dos trabalhadores desde o recente advento do regime democrático em 1945. Nesse contexto, não apenas aumentou a importância político-eleitoral dos trabalhadores nas disputas e no equilíbrio de poder, mas também a possibilidade de fortalecimento dos partidos e organizações políticas que se inserissem nas greves, nas mobilizações políticas e no movimento sindical da numerosa classe trabalhadora. Nesse sentido, o PTB e o PCB foram os partidos que mais influenciaram o movimento organizado de trabalhadores. Enquanto para o PTB a inserção política no movimento sindical se constituiu como um instrumento fundamental para o apoio de massas ao governo de Getúlio Vargas (1951-1954), para o PCB, o movimento sindical e as greves foram os principais instrumentos de sua tentativa em retomar protagonismo na vida política nacional para contrabalançar as desvantagens oriundas da sua condição de partido proscrito, pois sua legalidade havia sido cassada pelo governo Dutra em 1947. No caso do PTB, as intervenções sindicais causaram um rápido atrito no seu apoio ao mandato de Dutra, pois durante a sanha repressiva do governo diversos dirigentes vinculados ao trabalhismo foram identificados pelo serviço de informações do MTIC e da Polícia Política como elementos comunistas. Porém, desde sua criação, o PTB necessitava do crescimento sindical oficial e do aparelhamento de seus partidários nos órgãos do MTIC para aumentar a influência da política do partido sobre camadas amplas do proletariado nacional, o que estava sendo desmantelado pela política repressiva de Dutra (GOMES; D'ARAÚJO, 1987, p. 42-45). Tal urgência se tornou mais premente quando Getúlio Vargas foi eleito pelo PTB à presidência em 1950, portanto, quando mais se precisou da influência de seus partidários nos sindicatos e na burocracia do MTIC para produzir apoios em massa na classe trabalhadora ao governo. Por outro lado, no caso do PCB, depois das intervenções sindicais e da cassação da legalidade, o partido perdeu de forma expressiva sua influência no cenário político-eleitoral e a sua capacidade de intervenção no movimento organizado de trabalhadores.¹³ No entanto,

¹³ O PCB teve sua legalidade político-partidária cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1947 ao ter sido acusado de ser uma organização estrangeira e à serviço dos interesses da URSS, nação considerada inimiga pelo bloco geopolítico liderado pelos EUA e no qual o governo de Dutra rapidamente se alinhou no início do longo e instável período da Guerra Fria (SANTANA, 2001, p. 56).

aproveitaram os novos ventos conjunturais do movimento sindical, sobretudo na retomada da formação dos núcleos de base à revelia do controle dos sindicatos oficiais, com o objetivo de intensificar sua ofensiva no interior dos sindicatos, o que proporcionou ao PCB retomar, em alguma medida, as posições perdidas depois das intervenções sindicais de Dutra.

E, em alguma medida, as duas organizações lograram êxitos em sua reorientação política. Em importantes categorias da cidade, como nos portuários, tecelões, hoteleiros, operários das indústrias de bebidas e marítimos, havia setores expressivos de suas diretorias sindicais diretamente vinculados ou identificados com o projeto político do trabalhismo. Nesse sentido, destacam-se as experiências dos sindicalistas – e também líderes grevistas no período – dos tecelões Francisco Rodrigues Gonçalo, Astrogildo Pereira e Josias da Silva, dirigentes simpáticos às alas do PTB ligadas a João Goulart (MATTOS, 2003, p. 126). Por outro lado, sindicalistas como Duque de Assis, presidente da União dos Servidores do Porto e dirigente dos portuários em inúmeras greves no período, assim como Luís França e Silvério Manoel dos Reis, diretores do numeroso sindicato dos hoteleiros e funcionários de restaurantes e bares da capital, pertenciam aos quadros do diretório nacional do partido. Por sua vez, líderes sindicais como Waldemar Viana, sindicalista dos operários das indústrias de bebidas, era um nome bastante disputado pelo PTB, inclusive sendo figura carimbada em diversas iniciativas intersindicais promovidas pelo partido no intuito de inseri-lo em suas fileiras (STOTZ, 1992, p. 251-252). Por sua vez, em relação aos comunistas, as suas alianças com setores que representavam a renovação sindical e um perfil mais combativo, mas que não eram necessariamente vinculadas ao partido, foram determinantes para que retomassem a influência nos cargos de direção dos sindicatos e nos seus espaços de militância, sobretudo em sindicatos que, antes da imposição das intervenções do governo Dutra, o PCB possuía expressiva participação na composição de suas diretorias, como foram os casos dos sindicatos dos tecelões, marceneiros e ferroviários. Hércules Corrêa dos Reis, dirigente de cúpula do PCB e impedido de retornar à vida sindical devido ao atestado de ideologia, foi um importante nome do comitê de greve preparado na paralisação geral dos tecelões entre 1952-1953 (MATTOS, 2003, p. 126-127). No caso dos marceneiros, os comunistas tiveram uma atuação decisiva na formação das comissões de base para conduzir as mobilizações da categoria. Um desses líderes era o vereador Antenor Marques, eleito nas eleições legislativas de 1950 pelo PRT como parte das candidaturas comunistas cassadas, e que tentava retornar à vida político-partidária e também era perseguido pelo atestado de ideologia na tentativa de retomar o espaço perdido do partido no sindicato depois da

intervenção de Dutra.¹⁴ Entre os ferroviários, os comunistas também possuíram um peso de intervenção decisivo na direção sindical da categoria, em que o nome mais reconhecido do PCB foi Demisthoclides Batista, popularmente conhecido como Batistinha. No entanto, os comunistas não investiam apenas em suas próprias forças tradicionais. Este foi o caso dos operários navais, categoria mais populosa entre os marítimos e uma das principais catalisadoras das greves gerais dos trabalhadores do mar em 1953, que na conjuntura tinha em seu sindicato renovado setores vinculados ao Partido Comunista. Este foi o caso da vitória de Irineu de José Souza para a presidência do sindicato em março de 1953 numa chapa autoproclamada “renovadora” e que foi bastante promovida pelo órgão de comunicação oficioso do PCB (*Imprensa Popular*, 25/3/1953). Contudo, numa escala mais ampliada da reorganização sindical, trabalhistas e comunistas se constituíram como as principais forças na direção da Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI), que na primeira metade dos anos 1950 representou um importante marco no movimento sindical ao assinalar de forma vigorosa a reorganização intersindical da classe trabalhadora a nível nacional (NETO, 2006, p. 102-103).

No entanto, como ressalta Perseu Abramo, repórter de grandes jornais paulistas como o *Estado de S. Paulo* na década de 1950, a partir da consolidação do jornal em empresa submetida à competição capitalista na busca por otimização de vendas e publicidade, se acentuou em escalas exponenciais o seu papel político. Esse fenômeno derivou do aumento da pressão exercida pelos grupos econômicos e políticos que financiam os jornais e que têm neles a representatividade de seus interesses e, por outro lado, pela intensificação do crescimento econômico e urbano que proporcionou a incorporação de diversos setores de massas da população na estrutura de consumo e na vida política nacional. Portanto, tornou-se cada vez mais necessário, desde o ponto de vista dos interesses da imprensa e dos grupos a ela vinculados organicamente, a divulgação de informações norteadas por orientações econômicas e políticas no sentido de exercer a influência dos seus interesses específicos e gerais sob esse grande contingente social emergente (ABRAMO, 2007, p. 283). Nesse sentido, os grandes jornais cariocas também se constituíram como um espaço privilegiado para a articulação dos projetos políticos das principais organizações partidárias da elite brasileira e do campo conservador durante a conjuntura de retomada da mobilização sindical. Aluysio Castelo de Carvalho ressalta que no início dos anos 1950 os grandes jornais da imprensa carioca atuaram como tribuna para

¹⁴ Na tentativa de retomada na vida sindical da categoria, Antenor Marques foi barrado pelo atestado de ideologia no pleito ocorrido no final de 1950, quando formou junto com outros dirigentes históricos da categoria, e não necessariamente comunistas, a “Chapa Independente” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6/12/1950).

discussão sobre a (re)orientação política dos grandes partidos do país, sobretudo os identificados com as elites empresariais e proprietárias, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), em que as discussões mais recorrentes em editoriais e colunas de opinião eram as voltadas para a necessidade dessas organizações em se aproximarem das massas trabalhadoras, em que à exceção da *Última Hora* (jornal partidário do trabalhismo e do governo Vargas), se voltavam especificamente para a elaboração de estratégias no intuito de afastar da influência dos trabalhadores as maiores organizações representativas de seus interesses na época, isto é, o Partido Comunista e as correntes trabalhistas (CARVALHO, 2012, p. 190-222). Aliás, não apenas os jornais se identificavam com os partidos da elite brasileira e disseminavam seus projetos e objetivos políticos, como também muitos dos seus proprietários foram fundadores, dirigentes e/ou partidários dessas mesmas organizações.

Porém, ressalta Carvalho que, apesar de haver um regime democrático relativamente estabelecido, os valores democráticos da imprensa, assim como os das elites brasileiras, ainda permaneciam bem restritos e pouco consolidados. Como constatou o autor, diante dos projetos de orientação política disseminados como soluções aos problemas sociais e do mundo do trabalho, a imprensa não creditava aos setores subalternos e explorados da sociedade o seu protagonismo para levarem adiante tais projetos. Nesse sentido, os atores sociais capazes de assumir o papel dirigente do que seria o interesse público não tinham o mesmo peso, pois eram avalizados pelos jornais a partir do lugar social que ocupavam e pela sua suposta preparação intelectual, isto é, uma concepção elitista do que seria a opinião pública, identificando em “minorias seletas e ilustradas” os agentes formadores da opinião pública, o que não seria possível para as massas populares, entendidas como mal informadas, irracionais e facilmente manipuláveis. Ou seja, ao expressar e redefinir o que seria o interesse público, sobretudo o interesse do movimento sindical e dos trabalhadores naquele contexto histórico, a reflexão de Carvalho nos ajuda a pensar como a grande imprensa se colocava na condição de porta-voz qualificado para falar em nome das massas, mas não através e diretamente às massas, convocando, por sua vez, as elites políticas, sociais e institucionais aliadas para falar e responder pelos interesses dos trabalhadores (CARVALHO, 2012, p. 20-21). Considero de suma importância essa observação de Aluysio Castelo de Carvalho, pois tal concepção elitista permeou a intervenção da grande imprensa na disputa pela hegemonia de seus projetos e soluções no movimento sindical carioca contra as propostas políticas e sindicais da esquerda, referenciada especialmente nas correntes trabalhistas e comunistas.

Nesse sentido, é recorrente na narrativa de oposição da imprensa a ideia de que devido a uma suposta minoridade intelectual dos trabalhadores, o que os tornariam mais suscetíveis à uma suposta manipulação desses grupos da esquerda, se tornava necessário que ela, em nome dos interesses dos próprios trabalhadores, os esclarecesse sobre o pretense perigo que representaria a inserção política dessas correntes no movimento sindical. Por efeito, tal perigo associado aos comunistas e trabalhistas se constituía na manipulação da imagem dessas correntes, que almejavam impor no país um regime autoritário contra a democracia instalada pela Constituição de 1946. No caso dos comunistas, o objetivo a ser almejado, ao politizarem os sindicatos, seria a revolução social orientada pelos interesses estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), enquanto em relação aos trabalhistas e getulistas, o maior perigo seria o uso eleitoral dos sindicatos para forjar líderes de massa e instituir uma “República Sindicalista” de cunho autoritário que substituiria, na paranoia da imprensa, os poderes legislativos nas conduções decisórias do país. Contudo, em ambos os casos, tal discurso encobria não apenas os interesses dos partidos políticos vinculados aos grandes jornais da capital, mas também buscava mobilizar entre amplas camadas da opinião pública a criminalização dos maiores partidos representativos da classe trabalhadora no período, o que em termos práticos, significava uma tentativa de supressão da participação mais estreita dos trabalhadores no cenário político, especialmente através dos seus instrumentos primordiais de organização como os sindicatos.

Porém, conforme a correlação de forças impedia uma ação mais contundente para criminalizar a participação política da classe trabalhadora, a imprensa articulou com partidos políticos e grupos sindicais aliados um projeto reformista de sindicalismo que buscava se colocar como alternativa às exigências conjunturais de renovação da prática sindical e que, por outro lado, buscasse facilitar a inserção desses grupos na condução prática das diretorias dos sindicatos e assim minar as forças das esquerdas trabalhista e comunista. No começo do ano de 1950, quando eleições presidenciais se aproximavam e a insatisfação dos trabalhadores era muito alta com o governo Dutra, com as instituições e com sua situação social, recrudesciu entre a imprensa não só a pressão pela abolição das intervenções sindicais quanto também a orientação e a articulação com grupos aliados da necessidade em se inserir na disputa pela direção do movimento sindical carioca. Nesse sentido, é comum encontrar, apesar das distinções entre os jornais, espaços para a divulgação e propaganda de diversos grupos sindicais autodenominados “democráticos”, que geralmente se apresentavam contra a infiltração político-partidária nos sindicatos e se colocando, portanto, como opositores viáveis ao

comunismo e às correntes trabalhistas. Nesse contexto, setores expressivos da imprensa se articularam com um grupo então recentemente criado chamado Movimento de Libertação Sindical (MLS), corrente que nascia da articulação entre os círculos operários católicos, socialistas e independentes, mas que se apresentava publicamente como uma alternativa “democrática” e livre de intromissões partidárias nos sindicatos, inclusive nascendo para lutar primordialmente contra o avanço do PTB e do PCB.¹⁵ Quatro dias depois da criação do MLS, em notícia intitulada “Para a libertação do movimento sindical”, a *Tribuna da Imprensa*, ao analisar um processo tenso de negociação coletiva entre os bancários e os banqueiros, e culpabilizando setores da direção sindical dos trabalhadores que seriam vinculados aos comunistas pela situação iminente de greve, chamou a atenção das correntes que estavam impulsionando o MLS sobre como a falta de união que havia entre elas permitiu o avanço no meio sindical das correntes de esquerda. No entanto, para que, além da união dessas correntes, o próprio grupo fosse viável como uma alternativa aos trabalhadores, o jornal lhes orientava a responder a questões vitais do “problema sindical”, que seriam, no seu ponto de vista, a persistência da unicidade sindical, das intervenções ministeriais nos sindicatos e a “infiltração” de correntes político-partidárias:

Se os militantes democratas, socialistas e católicos, resolvessem agora agrupar-se momentaneamente, na base de um programa prático de oposição democrática aos comunistas e ministerialistas, no sentido de permitir que, com a aplicação das normas democráticas do sindicalismo, os bancários decidissem em plena liberdade a atitude de a tomar em defesa de seus interesses, ter-se-ia dado o passo fundamental para a formação de um bloco perdurável entre os democratas, socialistas e católicos, facilitando-se a formação do programa sindical comum, a arma que falta para a libertação do movimento sindical, que é a garantia da democracia. A não ser assim, os trabalhadores continuarão a ser explorados pelos comunistas e ministerialistas, que os aproveitarão como tropa de manobra para a obtenção de objetivos anti-proletários e anti-democráticos (TRIBUNA DA IMPRENSA, 14/2/1950).

Importantes jornais da capital como *O Globo* e o *Correio da Manhã* também publicaram o manifesto de fundação do novo grupo sindical. *O Globo*, por sua vez, em notícia intitulada

¹⁵ A *Tribuna da Imprensa* foi o jornal que registrou a reunião que lhe deu origem, realizada na sede da Juventude Operária Católica, segmento da Ação Católica Brasileira. No entanto, na presidência do encontro e da elaboração do manifesto de inauguração do novo grupo sindical se encontrava Francisco Mangabeira, delegado-geral da Juventude Operária Católica que se apresentou como sem filiação partidária, mas que havia fundado o Partido Socialista Brasileiro e participado do governo Dutra. No entanto, é interessante ressaltar que nessa reunião, dentre os sindicalistas chamados estava o tecelão Francisco Gonçalves, que no mesmo ano seria eleito para a diretoria do importante sindicato dos tecelões e que também foi um dos principais líderes da greve geral da categoria no final de 1952, indicando que o esforço de socialistas e católicos não era um empreendimento qualquer para disputar a direção do movimento sindical da capital (TRIBUNA DA IMPRENSA, 10/2/1950).

“Liberdade e democracia para os sindicatos”, além de divulgar o manifesto felicitou a criação do MLS ao comentar que o grupo havia sido criado para enfrentar a “paralisia da vida sindical” proporcionada pelo regime de intervenções do governo Dutra e que, em especial, também havia sido criado para ser um contraponto ao avanço do comunismo entre os trabalhadores (O GLOBO, 27/2/1950). Contudo, pelos registros nos jornais, durante 1951, isto é, com apenas um ano de existência, começa a rarear as notícias de promoção desse grupo sindical na imprensa diária. No entanto, isso não quer dizer que terminou o esforço da imprensa em continuar promovendo grupos que poderiam conter o avanço do trabalhismo e dos comunistas. Esse foi o caso do Movimento de Orientação Sindical (MOS), organização que já existia em São Paulo desde maio de 1953 e que passou a atuar oficialmente no Rio de Janeiro a partir de novembro do mesmo ano. Assim como o antigo MLS, o MOS se apresentava como um esforço entre sindicalistas autopromovidos apartidários e independentes para afastar da militância sindical qualquer forma de vínculo político-partidário e para transformar os sindicatos em organismos de luta pelos interesses exclusivamente econômicos e corporativos das categorias profissionais. Nesse sentido, se colocavam abertamente como uma alternativa aos comunistas, trabalhistas e ministerialistas. No Rio de Janeiro, a sede do MOS foi instalada, inicialmente, também na sede da Juventude Operária Católica. Os jornais que registraram a criação desse grupo foram o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*, inclusive com manchetes bastante sugestivas e diretas ao ponto, tais como “Contra pelegos e comunistas. Fundado no Rio o Movimento de Orientação Sindical” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 12/11/1953), e “Reação contra pelegos e comunistas na vida sindical” (DIÁRIO CARIOCA, 22/11/1953).

Porém, se esses grupos ainda não se faziam presentes de forma hegemônica no movimento sindical, isso, por outro lado, não impediu que em dimensões localizadas diversos outros grupos de perfis característicos ao sindicalismo divulgado pela imprensa empresarial fossem também articulados com e apoiados pelos jornais da capital. Nesse sentido, foi possível registrar diversos casos isolados, porém selecionei o caso dos tecelões, em que setores expressivos da imprensa intervieram para beneficiar o grupo que fazia frente à chapa vinculada ao PCB e à uma ala esquerda do PTB, inclusive proporcionando cenários contraditórios, em que a imprensa selecionou como merecedores de vitória os líderes identificados com uma ala mais conservadora do PTB, que tinham mais chances concretas de derrotar a chapa liderada pelos comunistas. Durante os dois pleitos realizados em 1953 para a diretoria do sindicato dos têxteis, meses depois da eclosão da greve geral da categoria no mesmo ano, a chapa formada por dirigentes do PCB e em aliança com setores trabalhistas mais à esquerda da diretoria então

vigente, tinha a chance concreta de vitória.¹⁶ Diante desse cenário, jornais como o *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa* interviram decisivamente para favorecer a chapa situacionista, tida como a solução diante da força política demonstrada pelo PCB na imensa categoria operária. Em abril de 1953, em notícia intitulada “Os comunistas querem se apossar do sindicato dos tecelões”, o *Correio da Manhã*, através da “Coluna Operária”, promoveu a chapa apoiada pelos diretores Chico Rodrigues e Josias da Silva disseminando a suposta perspectiva de que ela tinha bastante vantagem sobre a oposição liderada pelos líderes comunistas, dando a entender que a grande maioria dos operários têxteis apoiavam a chapa da situação para justamente evitar a vitória da “Chapa Progressista”, que segundo o jornal, teria um plano para tomar politicamente o sindicato dos tecelões apenas para seus interesses partidários, mas que não iria se concretizar devido a uma pretensa conscientização dos operários sobre tais interesses dos “bolchevistas” (CORREIO DA MANHÃ, 29/4/1953). Contudo, a Chapa Progressista foi a vitoriosa, mas sua posse foi anulada pelo ministro João Goulart por ter faltado, segundo a alegações suspeitas da oposição, 5 votos para bater o quórum e, portanto, novas datas de eleições foram marcadas para outubro do mesmo ano (IMPrensa POPULAR, 2/10/1953). Nesse cenário, a *Tribuna da Imprensa* recrudescer a campanha a favor da chapa apoiada pela situação contra a grande favorita da oposição. Em notícia veiculada na coluna assinada pelo repórter Newton Carlos e intitulada “Importância geral das eleições dos tecelões”, o articulista afirmou que a vitória do PCB seria um problema que poderia acarretar no aumento de sua influência nos demais sindicatos do país e, sobretudo, nos do Distrito Federal. Nesse sentido, Newton Carlos comentou que a anulação do último pleito havia se transformado numa nova chance de os “democratas” vencerem, ressaltando que a diferença do último resultado eleitoral havia sido mínima, o que também se constituía como um fator para se investir na vitória de um grupo supostamente responsável contra outro que pretendia fazer do sindicato dos têxteis uma espécie de vanguarda político-partidária de uma grande frente intersindical e nacional hegemonizada pelo Partido Comunista. Portanto, ressalta o repórter da *Tribuna* que a disputa nos tecelões se expressaria não em duas meras correntes divergentes lutando pela diretoria de um sindicato, mas antes representaria a escolha de dois caminhos para o sindicalismo nacional: o caminho da ordem ou o caminho de um movimento sindical de caráter agitador e desagregador, isto é, apoiador de greves e mais combativo (*Tribuna da Imprensa*, 23/10/1953).

¹⁶ Em matéria bem destacada no periódico comunista, percebe-se que o tom da campanha pela chapa dos comunistas era atribuir a setores da então diretoria a pecha de terem sido pelegos durante a “memorável greve”, colocando como contraponto a atuação combativa dos líderes grevistas vinculados ao PCB para evidenciar a necessidade de se renovar a diretoria do sindicato com reais defensores dos interesses da categoria operária (IMPrensa POPULAR 15/4/1953).

Porém, novamente a Chapa Progressista havia sido a vitoriosa no acirrado pleito, desafiando toda a pressão da imprensa empresarial.¹⁷

Contudo, conforme registrou um interessante editorial do *Correio da Manhã* no final de 1954, percebe-se que tal esforço de disputa da imprensa conservadora se debateu em importantes limitações. Nesse editorial, com forte teor elitista e preconceituoso sobre a autonomia dos trabalhadores em aceitarem como seus representantes políticos as correntes do trabalhismo e do comunismo, o importante jornal de Paulo Bittencourt constatou que, em relação aos demais partidos políticos do regime democrático – leia-se, os grandes partidos da direita brasileira –, trabalhistas e comunistas ainda conservavam naquela conjuntura a hegemonia do movimento sindical:

O petebismo sempre viveu da exploração política dos sindicatos através de instrumentos regidamente pagos por verbas do Ministério do Trabalho. Jamais tentou, e agora lhe seria muito mais difícil, conquistar votos operários pela ação persuasiva de seu programa e posições políticas diretamente sobre o homem, o operário, o cidadão. Nesse sentido, o sindicalismo petebista tem forte semelhança com o sindicalismo comunista. Só entendem o sindicalismo como cavalo atrelado à carroça de interesses eleitorais e políticos de seus respectivos partidos. Todos os movimentos, todas as aproximações que tentam nos sindicatos e junto aos sindicalizados, obedecem àquela deformação perniciosa. Visionam o sindicato como alavanca para seus desígnios políticos. Não sabem nem querem praticar sindicalismo democrático (CORREIO DA MANHÃ. 18/12/1954).

Considerações finais

Na inserção da imprensa no movimento sindical carioca, identificada majoritariamente com os partidos políticos da direita e das elites empresariais e proprietárias, ela se viu desafiada pela inserção hegemônica das esquerdas. Nesse sentido, o esforço dos grandes jornais em cobrir o movimento sindical e em se apresentar como um espaço confiável de articulação para a reivindicação dos trabalhadores também se constituiu como um espaço de disputa ativa pela hegemonia política da direção do movimento sindical no Rio de Janeiro, onde articularam a oposição aos grupos sindicais vinculados ao PCB e ao PTB através da desqualificação e da manipulação de seus objetivos político-partidários primordiais, isto é, impedir que os trabalhistas se estabelecessem e produzissem apoios ao projeto varguista nos sindicatos e conter a retomada da influência dos comunistas no interior da estrutura sindical depois do baque que a organização sofreu com a cassação de sua legalidade partidária. Porém, tal intervenção

¹⁷ Com 2.446 votos o grupo sindical formado por dirigentes comunistas venceu a chapa da situação, que teve 2.259 votos (IMPrensa POPULAR, 25/10/1953). No entanto, tomaram posse na diretoria do sindicato no ano posterior (IMPrensa POPULAR, 20/2/1954).

oposicionista ocorreu através do signo elitista da manipulação, dando forma a tal inserção política da esquerda sindical como movimentos de tipo inautêntico dos trabalhadores, não reconhecendo na agência das bases proletárias a capacidade de apoiarem por conta própria a atuação de tais correntes políticas, além de que com tal retórica dominante a imprensa atuou especificamente para reverter e esvaziar na opinião pública majoritária no meio sindical a confiança relativa que havia entre as bases em relação à direção política dos trabalhistas e comunistas. Contudo, pelo que indica os resultados da pesquisa ora sintetizados neste artigo através de uma rápida análise das disputas no interior do movimento sindical em seu período de eleições para as diretorias dos sindicatos, tal intervenção da imprensa empresarial se mostrou igualmente limitada em influir nas atitudes tomadas pelos trabalhadores em relação às suas lideranças sindicais localizadas na esquerda trabalhista e no Partido Comunista.

Fontes

- Correio da Manhã*. RJ, 27/10/1950, p. 3.
Correio da Manhã. RJ, 29/4/1953, p. 6.
Correio da Manhã. RJ, 18/12/1954, p. 6.
Diário Carioca. RJ, 30/5/1950, p. 1.
Diário Carioca. RJ, 22/11/1953, p. 9-10.
Diário de Notícias. RJ, 6/12/1950, p. 7.
Imprensa Popular. RJ, 25/3/1953, p. 6.
Imprensa Popular. RJ, 15/4/1953, p. 6.
Imprensa Popular. RJ, 2/10/1953, p. 6.
Imprensa Popular. RJ, 25/10/1953, p. 6.
Imprensa Popular. RJ, 20/2/1954, p. 1.
O Globo. RJ, 27/2/1950, p. 8.
Tribuna da Imprensa. RJ, 10/2/1950, p. 1.
Tribuna da Imprensa. RJ, 14/2/1950, p. 6.
Tribuna da Imprensa. RJ, 23/10/1953, p. 12.
Tribuna da Imprensa. RJ, 12/11/1953, p. 12.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. **Um trabalhador da notícia**. 2º edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

- ABREU, Mauricio de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006, 4º edição.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). In: **INTERCOM** (São Paulo), São Paulo, v. XX, n. 1, p. 87-102, 1997.
- CARVALHO, Aluysio Castelo de. **O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas**. Niterói: UFF, 2012.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, nº 35, ago./dez., pp. 253-270, 2007.
- DARNTON, Robert; & ROCHE, Daniel. **A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996.
- GOMES, Ângela Maria de Castro.; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987.
- JÁCOME, Phellipy Pereira. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.
- JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Imprensa carioca nos anos 50: os anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de. (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro (1880-1920). In: **Revista História**. (São Paulo), 2016, n. 175, p. 415-448.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.
- _____. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 241-270, 2004.
- MOISÉS, José Álvaro. A. **Greve de massa e crise política: um estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo (1953-54)**. São Paulo: Polis, 1978.
- NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Francisco Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 3, 4º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 47-96.
- NETO, Murilo Pereira Leal. **A reinvenção do trabalhismo no vulcão do inferno**. São Paulo, tese de doutorado, 2006, USP.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, v. 31, pp. 147-160, 2003.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos, comunistas e sindicatos**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 1999.

STOTZ, Eduardo Navarro. Nacionalismo, intervencionismo estatal e expansão do movimento operário. In: Lobo, E. M. L. (org.). **Rio de Janeiro operário**: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe (1930-1970). Rio de Janeiro: Access, 1992.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. 2º edição. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.